



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **CONVOCATÓRIA**

### **Assembleia Geral**

Convocam-se os Senhores Acionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral, no dia 3 de maio de 2018, pelas 10.30 horas, a realizar na Rua Cidade de Goa, n.º 4, 2685-038 Sacavém (em virtude de a sede social não dispor de condições satisfatórias para o efeito), com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA**

1. Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas, em base consolidada e individual, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 acompanhados, designadamente, dos documentos de certificação legal de contas, do parecer do órgão de fiscalização, do relatório de atividade da Comissão de Auditoria e do relatório de governo societário.
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
3. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, nos termos do disposto no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.
4. Deliberar sobre a concessão de autorização ao Conselho de Administração para aquisição e alienação de ações próprias pela REN e sociedades participadas.
5. Deliberar sobre a concessão de autorização para aquisição e alienação de obrigações próprias e outros valores mobiliários próprios representativos de dívida, pela REN e sociedades participadas.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

6. Deliberar sobre uma declaração da Comissão de Vencimentos acerca da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração, de fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral.
7. Deliberar sobre a eleição dos membros dos órgãos sociais da REN para um novo mandato, relativo ao triénio 2018-2020.
8. Deliberar sobre a remuneração dos membros da Comissão de Vencimentos.

### **INFORMAÇÃO AOS ACCIONISTAS E QUÓRUM**

Se, na data marcada, a Assembleia Geral não puder realizar-se, por falta de quórum, fica desde já convocada uma segunda reunião, a realizar no dia 18 de Maio de 2018, no mesmo local e à mesma hora.

Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Contrato de Sociedade, para que a Assembleia Geral possa reunir e deliberar, em primeira convocação, é indispensável a presença ou representação de Acionistas que detenham, pelo menos, 51% do capital.

As informações e os documentos preparatórios da Assembleia respeitantes aos pontos da Ordem do Dia (designadamente, os previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 289.º do Código das Sociedades Comerciais e no n.º 1 do artigo 21.º-C do Código dos Valores Mobiliários) estarão à disposição dos Senhores Acionistas, para consulta, na sede social durante a hora de expediente e no sítio da REN na Internet em [www.ren.pt](http://www.ren.pt), a partir da data da divulgação da presente Convocatória.

Os documentos de prestação de contas da Sociedade relativos ao exercício findo podem ser igualmente consultados, a partir da mesma data, no sítio da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários na Internet em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

## REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

Sem prejuízo das disposições legais imperativamente aplicáveis, advertem-se os Senhores Acionistas para que:

- a) Às reuniões da Assembleia Geral só podem assistir Acionistas titulares de ações com direito de voto;
- b) A cada ação corresponde um voto;
- c) De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 12.º do Contrato de Sociedade, e em virtude do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, na alínea b) do n.º 3 do artigo 20.º-A e na alínea h) do n.º 3 do artigo 21.º, ambos do Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro, todos nas suas redações atuais, não são contados os votos emitidos por qualquer Acionista, em nome próprio ou como representante de outrem, que excedam 25% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social;
- d) Consideram-se emitidos pelo mesmo Acionista os votos que, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, lhe sejam imputáveis;
- e) Para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 12.º do Contrato de Sociedade, e de acordo com o seu artigo 13.º, os Acionistas têm o dever de prestar ao Conselho de Administração, de forma completa, objetiva e verídica, todas as informações que este lhes solicite, relacionadas com o cômputo dos votos a que têm direito, sob pena de inibição do exercício do direito de voto relativamente a quaisquer ações que excedam o limite aplicável nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Contrato de Sociedade;
- f) Nos termos do disposto no artigo 23.º-C, n.º 1, do Código dos Valores Mobiliários, os Acionistas que às 00:00 horas (GMT) do dia 25 de Abril de 2018 (“Data de Registo”) sejam titulares de ações que confirmam o direito a, pelo menos, um voto têm o direito a participar e votar na Assembleia Geral (sem prejuízo de outros requisitos legal e estatutariamente exigidos, designadamente os referidos infra nas alíneas g), h), k) e l));



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

- g) Nos termos do artigo 23.º-C, n.º 3, do Código dos Valores Mobiliários, os Acionistas que pretendam participar na Assembleia Geral devem declará-lo por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral<sup>(1)</sup> e ao intermediário financeiro junto do qual tenham aberto a conta de registo individualizado de valores mobiliários, o mais tardar, **até às 23:59 horas (GMT) do dia 24 de Abril de 2018**, podendo, para o efeito, recorrer aos formulários disponíveis no sítio da REN na Internet em [www.ren.pt](http://www.ren.pt) e utilizar o endereço [AG2018@ren.pt](mailto:AG2018@ren.pt) de correio eletrónico;
- h) O intermediário financeiro que, nos termos da alínea anterior, seja informado da intenção do Acionista de participar na Assembleia Geral deverá enviar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral<sup>(1)</sup>, pelo menos, **até às 23:59 horas (GMT) do dia 25 de Abril de 2018**, informação sobre o número de ações registadas em nome do Acionista, com referência à Data de Registo, podendo remetê-la, por correio eletrónico, para o endereço [AG2018@ren.pt](mailto:AG2018@ren.pt);
- i) O exercício dos direitos de participação e de voto na Assembleia Geral não será prejudicado pela transmissão das ações em momento posterior à Data de Registo e não se encontra dependente do bloqueio das mesmas entre a Data de Registo e a data de realização da Assembleia Geral, mas, nesse caso, os Acionistas que tenham declarado a intenção de participar na Assembleia Geral, nos termos da alínea g) *supra*, devem comunicar imediatamente a transmissão ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral<sup>(1)</sup> e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
- j) Os Acionistas que, a título profissional, detenham ações em nome próprio, mas por conta de clientes, podem votar em sentido diverso com as suas ações, desde que, para além da declaração de participação e da informação do respetivo intermediário financeiro sobre o número de ações registadas em nome do Acionista, nos termos das alíneas g) e h) *supra*, apresentem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral<sup>(1)</sup>, **até às 23:59 horas (GMT) do dia 25 de Abril de 2018**, com recurso a meios de prova suficientes e proporcionais: (i) a identificação de cada cliente e o número de ações a votar por sua conta; e (ii) as instruções de voto, específicas para cada ponto da ordem de trabalhos, dadas por cada cliente;



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

- k) Apenas serão admitidos a participar e votar na Assembleia Geral os Acionistas relativamente aos quais seja recebida, **até às 23:59 horas (GMT) do dia 24 de Abril de 2018**, a declaração quanto à intenção de participar na Assembleia Geral e, **até às 23:59 horas (GMT) do dia 25 de Abril de 2018**, a informação do intermediário financeiro, junto do qual tenham aberto a conta de registo individualizado de valores mobiliários, sobre o número de ações registadas em nome do seu cliente, com referência à Data de Registo.
- l) Os acionistas que pretendam participar, pessoalmente ou através de representante, na Assembleia Geral de 3 de maio de 2018, devem declarar por escrito, em documento entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até ao dia anterior à Data de Registo, que:
  - 1. O acionista não exerce, direta ou indiretamente, controlo sobre qualquer entidade que exerça uma das atividades de entre a produção ou a comercialização de eletricidade ou gás natural; ou
  - 2. O acionista não se encontra inibido de exercer os direitos sociais inerentes a quaisquer ações representativas do capital social da REN por ter sido reconhecida pela ERSE a inexistência de risco de conflito de interesses relativamente ao acionista.

## **DIREITOS DOS ACIONISTAS**

### **1. Direito à informação em Assembleia Geral**

No decurso da Assembleia Geral, qualquer Acionista poderá requerer que lhe sejam prestadas informações verdadeiras, completas e elucidativas que lhe possibilitem formar opinião fundamentada sobre os assuntos previstos na Ordem do Dia.

As informações solicitadas deverão ser prestadas pelo órgão social que para tal esteja habilitado, só podendo ser recusadas quando a sua divulgação possa ocasionar grave prejuízo à Sociedade ou a sociedade com esta coligada, ou violação de segredo imposto por lei.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **2. Direito de requerer a inclusão de assuntos na Ordem do Dia**

O(s) Acionista(s) que possuam ações correspondentes a, pelo menos, 2% (dois por cento) do capital social da Sociedade tem (têm) o direito de requerer a inclusão de assuntos na Ordem do Dia, por via de requerimento escrito dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral<sup>(1)</sup>, nos 5 dias seguintes à divulgação da presente Convocatória.

O mencionado requerimento escrito deverá ser acompanhado de documento comprovativo da titularidade da referida percentagem de capital social, de uma proposta de deliberação para cada assunto cuja inclusão for requerida e, ainda, da declaração referida na alínea l), respeitante aos requisitos para participação e exercício do direito de voto na Assembleia Geral acima mencionados.

## **3. Direito de apresentar propostas de deliberação**

Mediante requerimento escrito dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral<sup>(1)</sup>, nos 5 dias seguintes à data de divulgação da presente Convocatória, o(s) Acionista(s) que detenha(m) ações correspondentes a, pelo menos, 2% (dois por cento) do capital social da Sociedade tem (têm) o direito de requerer a inclusão de propostas de deliberação, a divulgar previamente à reunião da Assembleia Geral, relativas aos assuntos constantes da Ordem do Dia.

O requerimento deverá ser acompanhado de documento comprovativo da titularidade da referida percentagem de capital social, conter a informação que deva acompanhar a proposta de deliberação e, ainda, ser acompanhado da declaração referida na alínea l), respeitante aos requisitos para participação e exercício do direito de voto na Assembleia Geral acima mencionados.



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

## REPRESENTAÇÃO EM ASSEMBLEIA GERAL

- a) Qualquer Acionista poderá fazer-se representar na Assembleia Geral por pessoas com capacidade jurídica plena, comunicando a designação do representante ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral<sup>(1)</sup>, mediante documento escrito que dê entrada na sede social **até às 17 horas** do penúltimo dia útil anterior ao da realização da Assembleia Geral, ou seja, do dia **30 de Abril de 2018**, podendo ser remetido por correio eletrónico para o endereço [AG2018@ren.pt](mailto:AG2018@ren.pt).
- b) A partir da data de divulgação da presente Convocatória, a Sociedade disponibiliza aos Acionistas um formulário de carta de representação que pode ser obtido diretamente na respetiva página da Internet em [www.ren.pt](http://www.ren.pt) ou mediante solicitação ao Gabinete de Relações com os Investidores.
- c) Qualquer Acionista pode nomear diferentes representantes em relação às ações detidas em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo do princípio da unidade de voto, nos termos do artigo 385.º do Código das Sociedades Comerciais.
- d) O pedido de documento de representação efetuado a mais de 5 Acionistas deverá conter os seguintes elementos:
  - 1. A especificação da Assembleia, pela indicação do local, dia, hora da reunião e Ordem do Dia;
  - 2. As indicações sobre consultas de documentos por Acionistas;
  - 3. A indicação precisa da pessoa ou pessoas que são nomeadas como representantes;
  - 4. O sentido em que o representante exercerá o voto na falta de instruções do representado;
  - 5. A menção de que, caso surjam circunstâncias imprevistas, o representante votará no sentido que julgar satisfazer melhor os interesses do representado;
  - 6. Os direitos de voto que são imputáveis ao solicitante, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários; e
  - 7. O fundamento do sentido de voto a exercer pelo solicitante.



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

## EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

- a) De acordo com o disposto no artigo 22.º do Código dos Valores Mobiliários e nos n.ºs 5 e 6 do artigo 12.º do Contrato de Sociedade, os Acionistas habilitados a participar na Assembleia Geral podem também exercer o seu direito de voto por correspondência sobre cada um dos pontos da Ordem do Dia, mediante carta, com assinatura idêntica à do bilhete de identidade ou de documento de identificação equivalente, a qual deverá ser reconhecida (ou, em alternativa, se o Acionista assim o entender, acompanhada de fotocópia legível do documento de identificação), dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral<sup>(1)</sup>, por correio registado com aviso de receção, desde que dê entrada na sede social, no máximo, até ao terceiro dia útil anterior à data da reunião da Assembleia Geral, ou seja, **até ao dia 27 de Abril de 2018**, sem prejuízo da necessidade de prévia declaração de intenção de participação e da informação do respetivo intermediário financeiro referidas nas alíneas g) e h) da Secção “REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO” *supra* e de prévia declaração referida na alínea l) da mesma Secção.
- b) De acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 12.º do Contrato de Sociedade, compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificar a autenticidade e a regularidade dos votos exercidos por correspondência, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação, considerando-se que estes votos valem como votos negativos em relação a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.
- c) De modo a permitir o exercício do voto por correspondência em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, recomenda-se que os Senhores Acionistas que pretendam utilizar essa forma de exercício do voto procedam à sua solicitação à Sociedade, através de carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral<sup>(1)</sup> ou do formulário que consta da respetiva página na Internet em [www.ren.pt](http://www.ren.pt), com a necessária antecedência, a fim de permitir o





**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

envio da documentação disponível, sem pagamento de portes, bem como a atempada entrega na Sociedade da documentação remetida por correio.

<sup>(1)</sup> Contactos do Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

Morada: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, 1749-061 Lisboa

Telefax: (+351)210013950

E-mail: [AG2018@ren.pt](mailto:AG2018@ren.pt)

Lisboa, 23 de Março de 2018

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Pedro Maia)



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

### **PONTO 2 DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL**

**DE 3 DE MAIO DE 2018**

Nos termos das demonstrações financeiras anuais da REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. (doravante “REN”), no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apurou-se como resultado líquido do exercício, nas contas consolidadas em IFRS, o montante de 125.924.566,37 euros (cento e vinte e cinco milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e seis euros e trinta e sete cêntimos), e nas contas individuais, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), o montante de 127.030.457,89 euros (cento e vinte sete milhões, trinta mil, quatrocentos e cinquenta e sete euros e oitenta e nove cêntimos).

Considerando o exposto, o Conselho de Administração, nos termos do artigo 28.º dos Estatutos da REN S.G.P.S., S.A. e dos artigos 31.º a 33.º, na alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, nos artigos 294.º e 295.º e nos n.ºs 1, alínea b) e 2 do artigo 376.º, todos do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o resultado líquido do exercício de 2017, apurado nas demonstrações financeiras individuais, segundo o normativo SNC, no valor de 127.030.457,89 euros (cento e vinte sete milhões, trinta mil, quatrocentos e cinquenta e sete euros e oitenta e nove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- Para reserva legal: 6.351.522,89 euros (seis milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e vinte e dois euros e oitenta e nove cêntimos);



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

- Para resultados transitados: 120.678.935,00 euros (cento e vinte milhões, seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e trinta e cinco euros).

Adicionalmente, o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição:

- Para dividendos aos acionistas de reservas acumuladas disponíveis - 114.089.705,80 euros (cento e catorze milhões, oitenta e nove mil, setecentos e cinco euros e oitenta centavos), correspondente a uma distribuição de 90,6% do resultado consolidado da REN SGPS, S.A. no exercício de 2017 que ascende a 125.924.566,37 euros (cento e vinte e cinco milhões, novecentos e vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e seis euros e trinta e sete centavos), o que equivale à distribuição de um valor de dividendo bruto por ação de 0,171 euros;
- Para distribuição a trabalhadores da REN e das suas subsidiárias: 3.468.338,56 euros. Devido às regras contabilísticas em vigor, este montante já se encontra refletido no resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 da REN, SGPS, S.A. (365.623,22 euros - trezentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e vinte e três euros e vinte e dois centavos) e das suas subsidiárias (3.102.715,34 euros - três milhões, cento e dois mil, setecentos e quinze euros e trinta e quatro centavos).

Lisboa, 15 de março de 2018

Pelo Conselho de Administração da

REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

### **PONTO 3 DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL**

**DE 3 DE MAIO DE 2018**

#### **Considerando que:**

- A) Nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 376.º e do n.º 1 do Artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia Geral Anual deve proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. (doravante “REN” ou “Sociedade”);
- B) Em 2017, o Conselho de Administração da REN revelou um ótimo desempenho, assegurando o cumprimento de todas as suas responsabilidades, particularmente na forma como delineou a estratégia e como supervisionou o a execução do respetivo plano, de acordo com as melhores expectativas. 2017 foi mais um ano excelente no que diz respeito ao cumprimento dos objetivos de segurança operacional e de qualidade de serviço, bem como no que se refere a objetivos financeiros, tudo isto concretizado no âmbito de elevados padrões de governo societário.
- C) Reconhecemos ainda, designadamente, a importante concretização do investimento na Electrogas no Chile e a aquisição da REN Portgás (anterior EDP Gás). Durante vários anos, a REN procurou investimentos alternativos e estes dois projetos estão totalmente alinhados com a estratégia da REN;
- D) Finalmente, é também assinalável a forma diligente, profissional e empenhada como a Comissão de Auditoria e o Revisor Oficial de Contas da REN cumpriram as suas funções durante o exercício de 2017, tendo contribuído favoravelmente para o bom desempenho da Sociedade.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

**Propõe-se, assim, à Assembleia Geral Anual da REN que aprove:**

1. Um voto de apreciação positiva e de louvor ao Conselho de Administração da Sociedade pelo desempenho das suas funções de administração durante o exercício de 2017;
2. Um voto de apreciação positiva e de louvor à Comissão de Auditoria da Sociedade pelo desempenho das suas funções de fiscalização durante o exercício de 2017;
3. Um voto de apreciação positiva e de louvor ao Revisor Oficial de Contas da Sociedade pelo desempenho das suas funções durante o exercício de 2017.

Lisboa, 21 de março de 2018

Os Acionistas,

State Grid Europe Limited

Mazoon BV

Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

### PONTO 4 DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

DE 3 DE MAIO DE 2018

#### Considerando que:

- A) Nos termos do n.º 2 do Artigo 5.º do Contrato de Sociedade da REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. (doravante “REN” ou “Sociedade”), *“a sociedade pode adquirir, deter e alienar ações próprias, nos casos previstos na lei e dentro dos limites nela fixados”*;
- B) Em cumprimento do disposto nos Artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais, a aquisição e alienação de ações próprias está sujeita a aprovação pela Assembleia Geral;
- C) O Regulamento (UE) n.º 596/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, conforme complementado pelo Regulamento Delegado (UE) 2016/1052, da Comissão, de 8 de março de 2016, veio estabelecer um regime especial para certos programas de recompra de ações próprias, contendo, designadamente, requisitos de isenção do regime geral de abuso de mercado, o qual se revela conveniente observar, ainda que fora do âmbito de aquisições integradas nos programas abrangidos pelo referido regulamento;
- D) O Regulamento da CMVM n.º 5/2008, conforme alterado, estabelece determinados deveres de comunicação e divulgação da realização de operações sobre ações próprias por sociedades com ações admitidas à negociação em mercado regulamentado;
- E) Foi concedida ao Conselho de Administração, pela Assembleia Geral de 11 de maio de 2017, autorização para adquirir, deter e alienar ações próprias, detendo a REN atualmente 3.881.374 ações próprias;



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

- F) Se mantém a utilidade, do ponto de vista do interesse social, em dispor de autorização para a Sociedade e sociedades dependentes poderem adquirir, deter ou alienar ações próprias, designadamente tendo em vista a prática de atos que se revelem necessários ou convenientes para a prossecução do interesse da Sociedade, em condições que sejam adequadas às circunstâncias atuais do mercado de capitais e de acordo com a lei aplicável em cada momento;

**O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral da REN a aprovação das seguintes deliberações:**

1. Aprovar a aquisição de ações próprias pela REN e/ou pelas suas sociedades dependentes, atuais e/ou futuras, incluindo direitos à sua aquisição ou atribuição, sujeita à decisão do Conselho de Administração da REN e nos termos seguintes:
  - a) **Número máximo de ações a adquirir:** até ao limite correspondente a 10% (dez por cento) do respetivo capital social, deduzidas as alienações efetuadas, sem prejuízo das exceções constantes do n.º 3 do Artigo 317.º do Código das Sociedades Comerciais e da quantidade que seja exigida para cumprimento de obrigações da adquirente, decorrentes da lei, de contrato ou de condições de emissão de valores mobiliários ou outros títulos, com sujeição, se for o caso, a alienação subsequente, nos termos legais, das ações que excedam aquele limite;
  - b) **Prazo durante o qual a aquisição pode ser efetuada:** nos dezoito meses subsequentes à data da presente deliberação;
  - c) **Formas de aquisição:** com sujeição aos termos e limites imperativamente estabelecidos na lei, a aquisição de ações ou direitos de aquisição ou atribuição de ações pode ser efetuada a título oneroso, em qualquer modalidade, em mercado regulamentado ou fora de mercado regulamentado, por proposta negocial ou oferta ao público, com observância do princípio da igualdade de tratamento dos acionistas nos termos legalmente previstos, designadamente através de (i) transação



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

realizada com entidades designadas pelo Conselho de Administração da REN, designadamente parceiros estratégicos e instituições financeiras com as quais a REN ou qualquer sociedade dependente haja celebrado ou venha a celebrar contratos de permuta de ações, contratos de *equity swap* ou outros instrumentos financeiros derivados similares; ou (ii) aquisição a qualquer título para, ou por efeito de, cumprimento de obrigação decorrente da lei ou contrato, incluindo vinculação contratual à prossecução de plano de atribuição de ações da REN ou de qualquer sociedade dependente, conversão ou troca de valores mobiliários ou outros títulos convertíveis ou permutáveis, emitidos pela respetiva sociedade, nos termos das respetivas condições de emissão ou de contratos celebrados em conexão com a referida conversão ou permuta;

- d) **Contrapartida mínima e máxima das aquisições:** o preço de aquisição onerosa terá como limites máximo e mínimo, respetivamente, 120% e 80% da média ponderada das cotações diárias de fecho das ações da Sociedade, no mínimo, nas últimas 3 sessões e, no máximo, nas últimas 30 sessões do *Euronext Lisbon* imediatamente anteriores à data da aquisição ou à constituição do direito de aquisição ou atribuição de ações, ou corresponder ao preço de aquisição resultante de contratos de permuta de ações, de instrumentos financeiros contratados pela REN ou por sociedade dependente, dos termos de emissão, efetuada por qualquer dessas entidades, de valores mobiliários ou outros títulos convertíveis em, ou permutáveis por, ações da REN, ou de contratos celebrados com relação a tais conversões ou permutas, ou de plano de atribuição de ações em cada momento vigente na REN;
- e) **Momento da aquisição:** a determinar pelo Conselho de Administração da REN, tendo em especial consideração a situação do mercado de valores mobiliários e a conveniência ou as obrigações da REN, de outra sociedade sua dependente ou do(s) adquirente(s), efetuando-se por uma ou mais vezes nas proporções que sejam fixadas pelo Conselho de Administração da REN.





REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

2. Aprovar a alienação de ações próprias, incluindo direitos à sua aquisição ou atribuição, que hajam sido adquiridas pela REN ou por quaisquer sociedades dependentes, atuais ou futuras, mediante decisão do Conselho de Administração da REN e nos seguintes termos:
- a) **Número mínimo de ações a alienar:** o número de ações a alienar será definido pelo Conselho de Administração da REN, em função do que, em cada momento, seja considerado necessário ou conveniente para a prossecução do interesse social ou para cumprimento de obrigações assumidas, resultantes da lei, do contrato ou da emissão de valores mobiliários ou outros títulos;
  - b) **Prazo durante o qual a alienação pode ser efetuada:** nos dezoito meses subsequentes à data da presente deliberação;
  - c) **Modalidade de alienação:** com sujeição aos termos e limites imperativamente estabelecidos na lei, a alienação de ações ou direitos de aquisição ou atribuição de ações pode ser efetuada a título oneroso, em qualquer modalidade, nomeadamente por venda ou permuta, por proposta comercial ou oferta ao público, com observância do princípio da igualdade de tratamento dos acionistas nos termos legalmente previstos, em mercado regulamentado ou fora de mercado regulamentado, a entidades designadas pelo Conselho de Administração da REN, designadamente a instituição financeira com a qual a REN ou qualquer sociedade dependente haja celebrado contrato de *equity swap* ou outros instrumentos financeiros derivados similares; ou quando deliberada no âmbito de, ou em conexão com proposta de aplicação de resultados ou distribuição de reservas em espécie, sem prejuízo de, em caso de se tratar de alienação em cumprimento de obrigação ou decorrente de emissão de outros valores mobiliários pela REN ou sociedade sua dependente, ou de contratos relacionados com tal emissão, ou vinculação contratual à prossecução de plano de atribuição de ações da Sociedade, ser efetuada em conformidade com os termos e condições aplicáveis;



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

- d) **Preço mínimo:** contrapartida não inferior em mais de 80% da média ponderada das cotações diárias de fecho das ações da REN no *Euronext Lisbon* durante um mínimo de 3 sessões e um máximo de 30 sessões de mercado regulamentado imediatamente anteriores à data da alienação, ou preço que estiver fixado ou resultar dos termos e condições de oferta pública de venda de ações da Sociedade, lançada por esta ou por acionistas, emissão de outros valores mobiliários, designadamente valores mobiliários ou outros títulos convertíveis ou permutáveis, ou de contrato celebrado com relação a tal emissão, conversão ou permuta, quando se trate de alienação dela decorrente;
  - e) **Momento da alienação:** a determinar pelo Conselho de Administração da REN, tendo em especial consideração a situação do mercado de valores mobiliários e a conveniência ou as obrigações da REN, de outra sociedade sua dependente ou do(s) alienante(s), efetuando-se por uma ou mais vezes nas proporções que sejam fixadas pelo Conselho de Administração da REN.
3. Aprovar que se transmita, ainda que de forma indicativa, ao Conselho de Administração da REN que, sem prejuízo da sua liberdade de decisão e atuação no quadro das deliberações dos números 1. e 2. *supra*, tenha em consideração, em função das circunstâncias que entenda relevantes e sem prejuízo da observância e do cumprimento das disposições legais previstas no Código dos Valores Mobiliários e na regulamentação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, as seguintes práticas relativas à aquisição e alienação de ações próprias ao abrigo das autorizações concedidas nos termos dos números anteriores:
- a) Divulgação pública, antes do início das operações de aquisição e alienação de ações próprias, do conteúdo da autorização constante dos números 1. e 2. *supra*, em particular, o seu objetivo, o contravalor máximo e mínimo, o número máximo de ações a adquirir e o prazo autorizado para esse efeito;
  - b) Manutenção de registo de cada operação realizada no âmbito das autorizações precedentes;



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

- c) Execução das operações em condições de tempo, modo e volume que não perturbem o regular funcionamento do mercado, devendo nomeadamente evitar a sua execução em momentos sensíveis da negociação, em especial, na abertura e fecho da sessão, em momentos de perturbação do mercado e em momentos próximos à divulgação de informação privilegiada, incluindo à divulgação de resultados;
- d) Realização das aquisições a preço não superior ao mais elevado de entre o da última operação independente e o da oferta independente de maior montante ao tempo da aquisição no *Euronext Lisbon*;
- e) Limitação das aquisições a 25% do volume diário médio de negociação;
- f) Divulgação pública das operações realizadas que sejam relevantes nos termos regulamentares aplicáveis, até ao final do terceiro dia útil a contar da data de realização da transação;
- g) Comunicação à autoridade competente, até ao final do terceiro dia útil a contar da data de realização da transação, de todas as aquisições e alienações efetuadas;
- h) Abstenção de alienação de ações durante a eventual execução de programa de recompra abrangido pelo Regulamento (UE) n.º 596/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, conforme complementado pelo Regulamento Delegado (UE) 2016/1052, da Comissão, de 8 de março de 2016, e/ou por outras normas imperativas estabelecidas por lei que venham ser aplicáveis.

Lisboa, 15 de março de 2018

Pelo Conselho de Administração da

**REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.**



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

### PONTO 5 DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

DE 3 DE MAIO DE 2018

#### Considerando que:

- A) Nos termos do n.º 1 do Artigo 6.º do Contrato de Sociedade da REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. (doravante “REN” ou “Sociedade”), *“a sociedade pode emitir obrigações ou quaisquer outros valores mobiliários nas modalidades e nos termos da legislação aplicável no momento da emissão, e bem assim efetuar sobre as obrigações próprias ou valores mobiliários por si emitidos as operações que foram legalmente permitidas”*;
- B) Por força do disposto nos Artigos 319.º e 320.º, aplicáveis por remissão operada pelo Artigo 354.º, todos do Código das Sociedades Comerciais, a aquisição e alienação de obrigações próprias está, por regra, sujeita a aprovação pela Assembleia Geral;
- C) Constitui interesse da REN e, bem assim, das sociedades suas dependentes, dispor, em conformidade com as normas legais aplicáveis, da possibilidade de efetuar operações sobre obrigações próprias, incluindo operações de aquisição e de alienação de obrigações próprias ou de outros valores mobiliários ou títulos de dívida emitidos pela própria sociedade, em condições que sejam adequadas às circunstâncias atuais do mercado de capitais;

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral da REN a aprovação das seguintes deliberações:



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

1. Aprovar a aquisição de obrigações próprias ou de outros valores mobiliários ou títulos de dívida emitidos pela REN e/ou pelas suas sociedades dependentes (atuais e/ou futuras), sujeita à decisão do Conselho de Administração da REN e nos termos seguintes:
  - a) **Número máximo de obrigações ou de outros valores mobiliários ou títulos de dívida a adquirir:** o correspondente ao total de cada emissão, sem prejuízo dos limites resultantes da lei, deduzidas as alienações efetuadas;
  - b) **Prazo durante o qual a aquisição pode ser efetuada:** nos dezoito meses subsequentes à data da presente deliberação;
  - c) **Formas de aquisição:** a aquisição de obrigações ou de outros valores mobiliários ou títulos de dívida pode ser efetuada, a título oneroso, em qualquer modalidade legalmente permitida, em mercado regulamentado ou fora de mercado regulamentado, por negociação particular ou oferta ao público, por transação direta ou mediante instrumentos derivados, com recurso ou não a intermediários financeiros, sempre em observância das regras legais imperativas que sejam aplicáveis;
  - d) **Contrapartidas mínima e máxima das aquisições:** o preço de aquisição onerosa deverá conter-se num intervalo de 20% para menos e para mais, aferido por referência: (i) quando esteja disponível uma cotação de mercado das obrigações ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida a adquirir, à média ponderada das cotações de fecho dessas obrigações ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida no mercado em que se efetuar a aquisição, durante, no mínimo, as últimas 3 sessões e, no máximo, as últimas 30 sessões anteriores à data da aquisição, ou correspondente ao preço de aquisição resultante de instrumentos financeiros contratados ou dos respetivos termos de emissão; (ii) não existindo cotação de mercado das obrigações ou outros valores mobiliários ou títulos de dívida a adquirir, ao preço médio de compra e venda referenciado por uma entidade com



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

reputação internacional no mercado de títulos de dívida; (iii) tratando-se de emissão não cotada nem referenciada nos termos do parágrafo (ii), ao valor estimado calculado por consultor independente e qualificado, designado pelo Conselho de Administração; (iv) tratando-se de aquisição em conexão com, ou cumprimento de, condições de emissão de outros valores mobiliários, ou de contrato relacionado com tal emissão, ao preço que resultar dos termos dessa emissão ou contrato.

- e) **Momento da aquisição:** a determinar pelo Conselho de Administração da REN, tendo em especial consideração a situação do mercado de valores mobiliários e a conveniência ou as obrigações da REN, de outra sociedade sua dependente ou do(s) adquirente(s), efetuando-se por uma ou mais vezes nas proporções que sejam fixadas pelo Conselho de Administração da REN.
2. Aprovar a alienação de obrigações próprias ou de outros valores mobiliários ou títulos de dívida emitidos pela REN e/ou pelas suas sociedades dependentes (atuais e/ou futuras) que hajam sido adquiridas, sujeita a decisão do Conselho de Administração da REN, nos seguintes termos:
- a) **Número mínimo de obrigações a alienar:** o correspondente ao lote mínimo que, no momento da alienação, estiver legalmente fixado para as obrigações da REN ou das suas sociedades dependentes ou a quantidade inferior suficiente para cumprimento das obrigações assumidas, resultantes da lei, do contrato ou da emissão de outros valores mobiliários;
  - b) **Prazo durante o qual a alienação pode ser efetuada:** nos dezoito meses subsequentes à data da presente deliberação;
  - c) **Modalidade de alienação:** com sujeição aos termos e limites imperativamente estabelecidos na lei, a alienação de obrigações será efetuada a título oneroso, em qualquer modalidade legalmente permitida, por negociação particular ou oferta ao público, em mercado regulamentado ou fora de mercado regulamentado, a favor de entidades designadas pelo Conselho de Administração da REN, sempre em observância das regras legais



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

imperativas que sejam aplicáveis, sem prejuízo de, em caso de se tratar de alienação em cumprimento de obrigação ou decorrente de emissão de outros valores mobiliários pela REN ou sociedade sua dependente, ou de contratos relacionados com tal emissão, ser efetuada em conformidade com os termos e condições aplicáveis;

- d) **Preço mínimo:** contrapartida não inferior em mais de 20% dos preços determinados em conformidade com os critérios constantes da alínea d) do n.º 1 da presente deliberação, consoante a situação aplicável, em relação a situações de alienação de obrigações ou de outros valores mobiliários ou títulos de dívida;
- e) **Momento da alienação:** a determinar pelo Conselho de Administração da REN, tendo em especial consideração a situação do mercado de valores mobiliários e a conveniência ou as obrigações da REN, de outra sociedade sua dependente ou do(s) alienante(s), efetuando-se por uma ou mais vezes nas proporções que sejam fixadas pelo Conselho de Administração da REN.

Lisboa, 15 de março de 2018

Pelo Conselho de Administração da

REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

### **PONTO 6 DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 3 DE MAIO DE 2018**

#### **DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

1. Em cumprimento do disposto no número 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, o órgão de administração ou a comissão de remunerações, caso exista, das sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, deve submeter anualmente à aprovação da assembleia geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização;
2. Por sua vez, a Recomendação II.3.3. do Código de Governo das Sociedades, aprovado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (adiante abreviadamente designada “**CMVM**”) em 2013, recomenda que a declaração sobre política remuneratória dos órgãos sociais contenha ainda as informações adicionais aí enumeradas, nomeadamente em relação (i) aos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais, (ii) ao montante máximo potencial, em termos individuais e agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, assim como à identificação das circunstâncias em que tais montantes podem vir a ser devidos, e (iii) à exigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções por administradores;
3. Segundo o artigo 26.º do Contrato de Sociedade da REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. (adiante abreviadamente designada “**REN**”), a Comissão de Vencimentos da REN é o órgão competente e responsável pela fixação das remunerações fixas e, quando aplicáveis, variáveis de cada um dos administradores, bem como pela determinação da remuneração a atribuir aos membros dos restantes órgãos sociais;





**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

4. Nos termos estatutários e legais aplicáveis, a Comissão de Vencimentos foi designada pela Assembleia Geral, em 17 de abril de 2015, sendo composta por três membros, independentes em relação aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da REN, e com experiência adequada em matéria de remunerações;
5. Assim, por um lado, em benefício da transparência e da legitimação da política de fixação de remunerações segundo o princípio *say-on-pay*, reconhecido internacionalmente em matéria de bom governo societário e, por outro, para efeitos do cumprimento dos normativos legais e recomendatórios *supra* descritos, a Comissão de Vencimentos submete à aprovação da Assembleia Geral anual a seguinte declaração sobre a política remuneratória dos órgãos sociais, nos termos seguintes.

## **I. CONTEXTO**

- 1.1. Durante o ano de 2016, a Comissão de Vencimentos adotou diversas diligências, designadamente análises de mercado e estudo do quadro legal e recomendatório aplicável em matéria remuneratória, diretamente e através de assessores especializados e independentes;
- 1.2. Foi ainda analisada em profundidade a política e condições remuneratórias aprovadas em 2017 que, salvo algumas melhorias sistemáticas e algumas atualizações, se mantém muito fiel à anterior (aplicável desde 2012), preservando a sua estrutura e princípios, tendo-se concluído que a mesma cumpre os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, está em linha com as melhores práticas de mercado e é adequada à estrutura e condições financeiras da sociedade, pelo que se pretende continuar a aplicar a mesma política ao exercício de 2018.
- 1.3. Assim, a Comissão de Vencimentos submete à aprovação da Assembleia Geral anual a seguinte declaração sobre a política remuneratória dos órgãos sociais, que entrará em vigor após tal aprovação.



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

## II. POLÍTICA E CONDIÇÕES VIGENTES AO LONGO DO EXERCÍCIO DE 2017

### A. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

#### 1. Princípios orientadores

1.1. A política de remuneração dos administradores executivos segue os seguintes princípios orientadores:

- Ser simples, clara, transparente e alinhada com a cultura da REN;
- Ser adequada e ajustada à dimensão, natureza, âmbito e especificidade da atividade da REN;
- Assegurar uma remuneração total competitiva e equitativa que esteja alinhada com as melhores práticas e últimas tendências verificadas a nível nacional e europeu, em particular com os *peers* da REN;
- Incorporar uma componente fixa ajustada às funções e responsabilidade dos administradores;
- Incorporar uma componente variável globalmente razoável em relação à remuneração fixa, com uma componente de curto prazo e outra de médio prazo, ambas com limites máximos;
- Estabelecer uma remuneração variável indexada à avaliação de desempenho individual e organizacional, de acordo com a realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses da Sociedade e dos acionistas; e
- Estabelecer uma componente de remuneração variável de médio / longo prazo indexada à evolução da valorização da REN, assegurando a vinculação da remuneração dos administradores executivos à sustentabilidade dos resultados e à criação de valor para os acionistas.

1.2. Tendo em conta estes princípios, a remuneração do administrador executivo é determinada, essencialmente, com base em quatro critérios gerais: (i) competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado português; (ii) equidade, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados; (iii) avaliação do desempenho, de acordo com as funções e com o nível de responsabilidade da pessoa em causa, assim como com assunção de níveis adequados de risco e cumprimento



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

das regras aplicáveis à atividade da REN; e (iv) o alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da sociedade e com a sua sustentabilidade e criação de riqueza a longo prazo.

- 1.3. A remuneração dos administradores executivos integra uma componente fixa e uma componente variável, sendo esta constituída por uma parcela que visa remunerar a performance no curto prazo e por outra com a mesma finalidade aplicada à performance de médio prazo.

## **2. Componente fixa**

- 2.1. A componente fixa da remuneração é composta exclusivamente pela remuneração base, não havendo lugar a qualquer outra remuneração.
- 2.2. Esta componente é paga em numerário, com periodicidade mensal.
- 2.3. A remuneração fixa dos administradores executivos da Sociedade corresponde a um montante bruto anual de € 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil euros), no caso do Presidente da Comissão Executiva, e de € 305.000,00 (trezentos e cinco mil euros), no caso dos restantes administradores executivos. A este montante base não acresce qualquer outra remuneração fixa, sem prejuízo dos benefícios complementares respeitantes à utilização de viatura, custos associados e seguros (com um custo anual aproximado de 20.000€/administrador).

## **3. Componente variável**

- 3.1. A componente variável da remuneração integra uma parcela de curto prazo e uma parcela de médio prazo.
- 3.2. Requisitos de aplicação geral a ambas as parcelas:
  - a) A atribuição da componente variável da remuneração só ocorre posteriormente à aprovação das contas de cada exercício, após a avaliação de desempenho relativa ao ano a que se refere o pagamento e apenas no caso de se verificar o cumprimento de objetivos predefinidos, medidos com recurso a indicadores de desempenho individuais e da empresa indexados a métricas do plano estratégico da REN, sendo a avaliação de desempenho dos administradores executivos, levada a cabo pela Comissão de Vencimentos, sustentando-se na opinião dos principais



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

acionistas da sociedade, bem como dos administradores não executivos, considerando um relatório a preparar pela Comissão de Nomeações e Avaliação. A Comissão de Auditoria valida até final de fevereiro de cada ano os números que servirão de referência a tal processo de avaliação;

- b) O grau de consecução dos objetivos definidos afere-se através da avaliação anual de desempenho, a qual assenta numa matriz predefinida. Assim, se o cumprimento dos objetivos se situar abaixo de 80% (nível mínimo de desempenho), não ocorre o pagamento de remuneração variável, mas, se o cumprimento dos objetivos se situar entre 80% e 120% ou superior, a remuneração variável total atribuída correspondente situar-se-á, de forma gradativa, entre 20% e 120% da remuneração fixa; entre 100% e 119% de objetivos atingidos, a percentagem de remuneração fixa a atribuir enquanto remuneração variável global é totalmente proporcional ao nível de cumprimento (em vez de ser indexada por escalões);
- c) A avaliação anual de desempenho tem por base os *Key Performance Indicators* (KPI) da REN numa base consolidada e a avaliação individual de desempenho, sendo esta última apenas tida em conta quando negativa, situação em que não será atribuída qualquer remuneração variável;
- d) Para o efeito serão considerados os seguintes *Key Performance Indicators*: (i) *Average Cost of Debt*, (ii) *Return on Invested Capital*, (iii) EBITDA em investimentos no estrangeiro, (iv) *Earnings per share* e (v) EBITDA;
- e) Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo modelo de remuneração aqui previsto, os administradores executivos da Sociedade não deverão celebrar contratos destinados a mitigar o risco inerente à variabilidade da sua remuneração;
- f) Considerando os requisitos e critérios aplicáveis à componente variável da remuneração e o valor de remuneração fixa referida em 2.3., o montante máximo potencial (valor bruto anual) da remuneração variável poderá ascender a € 462.000,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil euros), no caso do Presidente da Comissão Executiva, e de € 366.000,00 (trezentos e sessenta e seis mil euros), no caso dos restantes



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

administradores executivos, sem prejuízo da evolução do valor das unidades remuneratórias atribuídas, conforme descrito *infra*. O referido montante corresponde a um valor máximo potencial fixado em função de objetivos máximos de desempenho destinados essencialmente a motivar a equipa de gestão, os quais estão dependentes do grau de consecução de tais objetivos para um mandato de três anos e da avaliação desempenho a efetuar anualmente, assim como sujeitos a aspetos imponderáveis atinentes à conjuntura do setor e do país, assim como, às especificidades do negócio e da empresa.

### 3.3. Remuneração Variável de Curto Prazo

- a) A Remuneração Variável de Curto Prazo (RVCP) é paga em numerário, em função da avaliação anual de desempenho, variando o seu montante de acordo com o grau de consecução dos objetivos relativos aos referidos *Key Performance Indicators*.
- b) Assim, se a avaliação anual de desempenho se situar abaixo de 80% (nível mínimo de desempenho), não ocorre o pagamento da RVCP, sendo que, se a avaliação anual de desempenho se situar entre 80% e 120% ou superior, a RVCP correspondente situar-se-á entre 10% e 60% da remuneração fixa.
- c) A atribuição da RVCP corresponderá a um montante de até 50% da remuneração variável total atribuída relativamente a cada exercício em causa.

### 3.4. Remuneração Variável de Médio Prazo

- a) A Remuneração Variável de Médio Prazo (RVMP) serve o propósito de reforçar o alinhamento dos interesses dos administradores executivos da REN com os da Sociedade e dos acionistas, variando em função da avaliação anual de desempenho (isto é, dos requisitos já especificados no ponto 3.2.) e segundo a mesma matriz da RVCP. Em acréscimo, a RVMP atribuível situar-se-á entre 10% e 60% da remuneração fixa;
- b) A RVMP é fixada em Unidades Remuneratórias (UR), respeitantes a cada exercício do mandato em que cada administrador executivo tenha exercido funções;



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

- c) Cada UR tem um valor correspondente à cotação da ação da REN, fixado com base na média do preço de fecho das ações da REN no mercado Euronext Lisbon nos 30 dias antes da Assembleia Geral que aprova as contas do respetivo exercício e esse valor tem uma evolução igual ao *Total Shareholder Return* (TSR) da ação da REN.
- d) Caso as ações da REN deixem de estar admitidas à negociação, preveem-se várias situações de preço de saída (conforme aplicável),
- e) O direito de cada administrador executivo à conversão das UR é de formação sucessiva, considerando-se consolidado quanto a 1/3 da respetiva quantidade no final do exercício a que respeitam, e quanto a cada 1/3 remanescente no final de cada um dos dois exercícios subsequentes, desde que o administrador exerça funções executivas no respetivo exercício. O direito de cada administrador executivo à conversão das UR manter-se-á mesmo que a cessação de funções ocorra na sequência de alteração de controlo acionista da REN, em virtude de o administrador ter estado efetivamente em funções no período em causa (não revestindo assim tal conversão um cariz indemnizatório), bem como da natureza não voluntária da cessação de funções (contrariamente ao que sucede, designadamente, em caso de renúncia).
- f) As UR serão automaticamente convertidas em numerário ou, caso a assembleia geral da REN o venha a deliberar (e nos termos e condições por esta estabelecidos), parcial ou totalmente em ações representativas do capital da própria REN, ao longo de um período de três anos após a atribuição (um terço por ano, com início no ano após a atribuição).

### 3.5. Cessação de funções

Em caso de destituição sem justa causa ou renúncia por acordo de membro executivo do conselho de administração, não será devida compensação, além da legalmente devida, no caso de a mesma resultar de desadequado desempenho do administrador, sendo as consequências de cessação de mandato antes do seu termo definidas em função das razões da cessação.



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

## **B. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS**

Os administradores não executivos (incluindo os membros da Comissão de Auditoria) auferem a remuneração fixa indicada *infra*, paga com periodicidade mensal e definida em linha com as melhores práticas verificadas em empresas de grande dimensão do mercado português, aplicando-se ainda o referido em 3.5. *supra*:

- Um montante bruto anual de € 80.000,00 (oitenta mil euros) para o Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- Um montante bruto anual de € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros) para o Presidente da Comissão de Auditoria;
- Um montante bruto anual de € 60.000,00 (sessenta mil euros) para os restantes membros da Comissão de Auditoria;
- Um montante anual bruto de € 36.000,00 (trinta e seis mil euros) para os restantes administradores não executivos.
- Os membros da Comissão de Governo Societário e da Comissão de Nomeações e Avaliação passam a auferir a seguinte remuneração adicional (exceto o Presidente do Conselho de Administração e/ou o Presidente da Comissão Executiva, que não receberá(ão) qualquer remuneração adicional pelo exercício desta função):
  - (i) Presidente: € 5.000,00 (cinco mil euros); e
  - (ii) Demais membros: € 3.000,00 (três mil euros).

## **C. REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DESTINADA A PROMOVER O ALINHAMENTO DE INTERESSES COM A SOCIEDADE, SUSTENTABILIDADE E CRIAÇÃO DE RIQUEZA A LONGO PRAZO**

Tal como acima detalhado, a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração permite assegurar a prossecução dos seguintes objetivos:

- Uma remuneração total competitiva e equitativa que esteja alinhada com as melhores práticas e últimas tendências verificadas a nível nacional e europeus;



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

- A motivação da equipa de gestão para a prossecução dos objetivos estabelecidos e a atração e retenção de quadros qualificados;
- O equilíbrio entre uma componente fixa ajustada às funções e responsabilidade dos administradores e uma componente variável, globalmente razoável em relação à remuneração fixa; e
- Uma remuneração variável indexada à avaliação de desempenho individual e organizacional de acordo com objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses da Sociedade e dos acionistas.

Considerando os princípios da política de remunerações aqui elencados, assim como nas secções acima sobre cada uma das suas componentes, o montante máximo potencial (valor bruto anual) da remuneração total agregada dos membros do Conselho de Administração e Comissão de Auditoria relativa ao ano de 2017 poderá ascender a € 2.666.000 (dois milhões seiscientos e sessenta e seis mil euros), acrescida dos benefícios complementares referidos em 2.3 *supra* e sem prejuízo da evolução do valor das UR atribuídas. O referido montante (i) corresponde, como precede, a um valor máximo potencial, que inclui todos os membros do Conselho de Administração (três membros executivos e onze não executivos) e os membros da Comissão de Auditoria (três dos administradores não executivos) e todas as componentes da remuneração, incluindo a remuneração variável dos administradores executivos, e (ii) apenas será atribuída na sua totalidade se forem atingidos os objetivos máximos de desempenho destes, nos termos melhor explicitados *supra*.

Com efeito, e no que respeita à remuneração variável, não haverá lugar à sua atribuição se o cumprimento dos objetivos fixados se situar abaixo de 80% e a mesma tem uma natureza gradativa, i.e., a remuneração variável total situar-se-á entre 20% e 120% da remuneração fixa se o cumprimento dos objetivos se situar entre 80% e 120% ou superior. O atingimento destes objetivos máximos de desempenho destinados a motivar e alinhar os interesses da gestão está, assim, dependente de um processo de avaliação, da evolução da empresa e do contexto envolvente.





**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

#### **D. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é definida tendo em conta os critérios e práticas remuneratórios para este tipo de serviço em condições normais de mercado e não está relacionada com o desempenho da REN.

#### **E. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral corresponde a um montante fixo anual que, a partir de 2016 passou a ter os seguintes valores:

- Para o Presidente, um valor de € 15.000,00 (quinze mil euros);
- Para o Vice-Presidente, um valor de € 5.000,00 (cinco mil euros);
- Para o Secretário, um montante de € 3.000,00 (três mil euros).

### **III. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS PROPOSTA PARA O EXERCÍCIO DE 2018 DO MANDATO EM CURSO**

Para o exercício de 2017 do mandato em curso, a Comissão de Vencimentos aplicará a mesma política, tal como supra descrita, preservando a sua estrutura e princípios.

Por último, o montante máximo potencial (valor bruto anual) da remuneração total agregada dos membros do Conselho de Administração e Comissão de Auditoria relativa ao exercício de 2018 poderá ascender a € 2.666.000 € (dois milhões seiscentos e sessenta e seis mil euros), acrescida dos benefícios complementares referidos em 2.3 supra e sem prejuízo da evolução do valor das UR atribuídas. O referido montante (i) assume, como precede, um valor máximo potencial, que inclui todos os atuais membros do Conselho de Administração (três membros executivos e nove não executivos) e os membros da Comissão de Auditoria (três dos administradores não executivos) assim como os membros das comissões internas do Conselho de Administração, e todas as componentes da remuneração, incluindo a remuneração variável dos administradores executivos, e (ii) apenas será atribuído na sua totalidade se forem atingidos os objetivos máximos de desempenho destes, nos termos melhor explicitados supra. Este valor deverá ser adaptado na respetiva



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

proporção e na medida em que seja alterado o número de membros dos respetivos órgãos sociais.

Lisboa, 20 de março de 2018

A Comissão de Vencimentos

Paulo Pimenta

Manuel de Lancastre

Fernando Neves de Almeida



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

## PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

### PONTO 7 DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 3 DE MAIO DE 2018

#### Considerando que:

- A) Nos termos do Artigo 8.º, n.º 2, alínea b) do Contrato de Sociedade da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. ("REN"), compete à Assembleia Geral eleger os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria e nos termos do Artigo 8.º, n.º 2, alínea d) eleger os membros da Comissão de Vencimentos;
- B) Nos termos do Artigo 27.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade da REN, os membros dos órgãos sociais são eleitos para mandatos de três anos;
- C) Findou o mandato dos órgãos sociais, correspondente ao triénio 2015-2017;

#### Os Acionistas propõem à Assembleia Geral da REN que delibere:

1. A eleição das pessoas identificadas na lista *infra* como membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria para o mandato correspondente ao triénio 2018-2020:
  - Rodrigo Costa - Presidente do Conselho de Administração;
  - State Grid International Development Limited (representada por Guangchao Zhu) - Vice-Presidente do Conselho de Administração;
  - João Faria Conceição;
  - Gonçalo Morais Soares;
  - Mengrong Cheng;
  - Li Lequan;
  - Omar Al Wahaibi;
  - Jorge Magalhães Correia;



REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta

Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa

Capital social: 667.191.262 Euros

Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032

- José Luís Arnaut;
- Manuela Veloso;
- Manuel Sebastião - Presidente da Comissão de Auditoria;
- Gonçalo Gil Mata - Membro da Comissão de Auditoria; e
- Maria Estela Barbot - Membro da Comissão de Auditoria.

2. A eleição das pessoas identificadas na lista *infra* como membros da Mesa da Assembleia Geral para o mandato correspondente ao triénio 2018-2020:

- Pedro Maia - Presidente da Mesa da Assembleia Geral; e
- Rui Manuel Pereira Dias - Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

3. A eleição das pessoas identificadas na lista *infra* para membros da Comissão de Vencimentos prevista no artigo 26.º dos estatutos para o mandato correspondente ao triénio 2018-2020:

- João Duque - Presidente da Comissão de Vencimentos;
- José Galamba de Oliveira - Membro da Comissão de Vencimentos; e
- Fernando Neves de Almeida - Membro da Comissão de Vencimentos.

Lisboa, 21 de março de 2018

Os Acionistas,

State Grid Europe Limited

Mazoon BV

Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

### **PONTO 7 DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 3 DE MAIO DE 2018**

#### **Considerando que:**

- A) Nos termos do Artigo 446.º, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais e do Artigo 22.º, n.º 2, alínea d) do Contrato de Sociedade da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (“REN”), compete à Comissão de Auditoria da REN propor à Assembleia Geral a eleição do Revisor Oficial de Contas;
- B) Findou o mandato dos órgãos sociais, correspondente ao triénio 2015-2017;
- C) Nos termos do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que estabelece, entre outros, os requisitos e regras relativas à organização e seleção dos revisores oficiais de contas (“ROC”) e das sociedades de revisores oficiais de contas (“SROC”) das entidades de interesse público, o artigo 17.º, n.º 1 desse Regulamento, determina que, nem o mandato inicial de um auditor de uma entidade de interesse público, nem a sua combinação com quaisquer renovações do mesmo podem exceder a duração máxima de dez anos;
- D) A Deloitte & Associados, SROC, S.A., que foi a Sociedade Revisora Oficial de Contas da REN SGPS, S.A., desde 2010, a ser reeleita para o mandato 2018-2020, cumpriria o seu quarto mandato, na sequência dos anteriores mandatos de 2010-2012, 2012-2014 e 2015-2017, e excederia o limite legal de dez anos acima referido;
- E) Neste sentido, foi realizada uma consulta com vista à seleção do ROC da REN para o triénio 2018-2020. Do trabalho realizado e da avaliação efetuada às propostas apresentadas, ambos cumpridos com autonomia e sem influência de terceiros, a Comissão de Auditoria selecionou a Ernst & Young, Audit &



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

Associados - SROC, S.A. para efeitos de propor à Assembleia Geral a sua eleição para ROC do Grupo REN para o triénio 2018-2020.

- F) Sem prejuízo do exposto, e atendendo ao n.º 2 do artigo 16º, n.º 2 do Regulamento (EU) n.º 537/2014 que obriga que a recomendação contenha duas opções, informa-se que a proposta graduada em segundo lugar no mencionado processo de avaliação dos candidatos a ROC da REN foi (i) a PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores de Contas, Lda. (SROC n.º 183), representada por Rui Jorge dos Santos Duarte (ROC n.º 1532), na qualidade de Revisor Oficial de Contas Efetivo e (ii) Carlos José Figueiredo Rodrigues (ROC n.º 1737), na qualidade de Revisor Oficial de Contas Suplente.

**Em conformidade, a Comissão de Auditoria propõe à Assembleia Geral da REN que delibere:**

Aprovar a eleição como Revisor Oficial de Contas Efetivo e Suplente para o mandato correspondente ao triénio 2018-2020:

- a) Ernst & Young, Audit & Associados - SROC, S.A. (SROC n.º 178), representada por Rui Abel Serra Martins (ROC n.º 1119), na qualidade de Revisor Oficial de Contas Efetivo;
- b) Ricardo Miguel Barrocas André (ROC n.º 1461), na qualidade de Revisor Oficial de Contas Suplente.

Lisboa, 15 março 2018

A Comissão de Auditoria da  
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Manuel Sebastião (Presidente)

Estela Barbot (Vogal)

Gonçalo Gil Mata (Vogal)



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **ANEXO**

### **AO**

## **PONTO 7 DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 3 DE MAIO DE 2018**

### **ELEIÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS (TRIÉNIO 2018-2020)**

**(CVs)**



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **RODRIGO COSTA**

Co-fundador de diversas empresas nas áreas de retalho e tecnologia, tendo sido consultor para as áreas de tecnologia em empresas nacionais e internacionais. Foi executivo da Microsoft Corporation, onde ao longo de 15 anos desempenhou várias funções: fundador e diretor-geral da Microsoft Portugal 1990-2000, diretor-geral da Microsoft Brasil, em 2000, e, de 2001 a 2005, *corporate vice-president* da Microsoft Corporation em Redmond, Washington, EUA.

Foi igualmente administrador e vice-presidente executivo do grupo PT e presidente da comissão executiva da PTC entre dezembro de 2005 e setembro de 2007. Foi presidente da comissão executiva da ZON Multimédia (grupo de telecomunicações e media) entre 2007 e 2013. Exerceu igualmente as funções de presidente do conselho de administração e da comissão executiva da Unicre (pagamentos eletrónicos e cartões e crédito). Exerceu ainda o cargo de administrador não executivo da NOS SGPS (empresa resultante da fusão entre a ZON multimédia e a Optimus), de 2013 a 2015.

Foi nomeado administrador não executivo da REN em dezembro de 2014 e indigitado para o lugar de Presidente da Comissão Executiva com efeitos a fevereiro de 2015 e eleito para o cargo de Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva na Assembleia Geral de 17 de abril de 2015.

Ao longo dos anos deu o seu contributo em várias organizações, tendo sido no passado: membro do Conselho Geral da Universidade de Coimbra e do Conselho Geral da Porto Business School; Vice-Presidente da Câmara de Comércio Luso-Americana; membro do Conselho Português para o Investimento Estrangeiro; membro do conselho consultivo do Plano Nacional Tecnológico. Foi condecorado pelo Presidente da República Português com a Comenda de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique pelos serviços prestados a Portugal; é frequentemente convidado como orador/moderador para fóruns nacionais e internacionais (conferências da indústria, do Governo, das universidades e de investidores). É titular de um certificado de Corporate Governance pelo Insead e frequentou o curso de Corporate Governance na Harvard Business School.

### **Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

Não detém qualquer participação no capital social da REN.





**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **GUANGCHAO ZHU**

Licenciado em Sistemas de Proteção Relay pela Universidade Shandong (China), tendo concluído o mestrado em Sistemas Elétricos e Automação na mesma Universidade. Posteriormente, concluiu um MBA na Universidade Baylor (EUA).

Entre 2007 e 2009, exerceu o cargo de vice-presidente do grupo preparatório da National Grid Corporation of the Philippines, foi presidente consultivo e *chief executive advisor* e membro do Conselho de Administração da National Grid Corporation of the Philippines, em 2009, tendo desde essa data até 2010 desempenhado funções de diretor-geral do Departamento de Cooperação Internacional da State Grid Corporation of China.

Entre 2010 e 2011, exerceu os cargos de vice-presidente executivo sénior e de membro do Conselho de Administração da State Grid International Development Co. Ltd. Entre 2012 e 2015 foi Presidente, CEO e membro do Conselho de Administração da State Grid International Development Co. Ltd., Presidente do Conselho de Administração da State Grid Brasil Holding, S.A. e Presidente do Conselho de Administração da State Grid Europe Limited.

Atualmente, exerce os cargos de *Deputy General Engineer* da State Grid Corporation of China e *Director-General* do Departamento de Cooperação Internacional da State Grid Corporation of China. Em 2017 foi nomeado representante da State Grid International Development Co. Ltd. para exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração da National Grid Corporation of the Philippines e membro do Conselho de Administração da HK Electric Investments Limited.

Desde 2012 exerce o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da REN.

### **Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

São-lhe imputáveis 166 797 815 ações representativas do capital social da REN, correspondentes às ações detidas pela sociedade State Grid Europe Limited que é dominada pela sociedade State Grid International Development Limited, que por sua vez é dominada pela sociedade State Grid Corporation of China, em virtude das funções exercidas nesta última sociedade.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **JOÃO FARIA CONCEIÇÃO**

Licenciado em Engenharia Aeroespacial pelo Instituto Superior Técnico, tendo completado um “Research Master” em Aerodinâmica no Von Karman Institute for Fluid Dynamics (Bélgica) e concluído um MBA no Insead (França). Entre 1998 e 2000, foi quadro do Euroclear Bank/JPMorgan, em Bruxelas. Foi consultor, entre 2000 e 2007, na Boston Consulting Group e, entre 2007 e 2009, apoiou o Ministério da Economia e Inovação na área da Energia.

Desde 2009 exerce o cargo de membro do Conselho de Administração e de vogal da Comissão Executiva da REN.

**Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

Detém 500 ações representativas do capital social da REN.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **GONÇALO MORAIS SOARES**

Licenciado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa, tendo concluído um MBA na Georgetown University (Washington) e um Advanced Management Program pela Kellogg Business School (Chicago) e pela Universidade Católica de Lisboa. Exerceu o cargo de administrador da ZON TV Cabo e da ZON Lusomundo Audiovisuais entre 2007 e 2012.

Exerce o cargo de membro do Conselho de Administração e vogal da Comissão Executiva da REN desde 2012.

**Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

Não detém qualquer participação no capital social da REN.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **MENGRONG CHENG**

Licenciada em Literatura Inglesa pelo Instituto de Segunda Língua Estrangeira de Pequim, concluiu um mestrado em Gestão de Empresas pela Universidade Tsinghua (Pequim, China).

Entre 2006 e 2011, Mengrong Cheng desempenhou funções de diretora-geral adjunta do departamento de cooperação internacional da State Grid Corporation of China. Entre 2012 e 2015 foi membro do Chinese Expert Committee do IEC/MSB, co-Presidente do Departamento de Cooperação Internacional e membro do comité de gestão do investimento estrangeiro na State Grid Corporation of China.

Atualmente, Mengrong Cheng é membro do Chinese Expert Committee do IEC MSB, Diretora-Geral Adjunta do Departamento de Cooperação Internacional da State Grid Corporation of China, e Presidente do State Grid Corporation of China US Office.

Desde 2012 exerce o cargo de membro do Conselho de Administração da REN.

**Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

Não detém qualquer participação no capital social da REN.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **LI LEQUAN**

Li Lequan é licenciado em Física Atmosférica e Ambiente Atmosférico pela Universidade de Nanquim e titular de um Mestrado em Física Atmosférica e Ambiente Atmosférico do Research Institute of Atmosphere Physics da Chinese Academy of Sciences. Tem também um Mestrado em Administração de Empresas da City University, Washington, EUA.

Li Lequan iniciou a sua carreira em 1988 no China Electricity Council e desempenha funções no setor energético há mais de 30 anos. Trabalha na empresa State Grid International Development Co. Ltd desde 2009 e tem a seu cargo a fusão e aquisição de ativos internacionais de transporte e distribuição de energia.

Entre 2009 e 2012, desempenhou as funções de economista vice-diretor e foi Responsável pelo Desenvolvimento de Negócios e pelo Departamento de Estratégia da State Grid International Development Co. Ltd.. Em dezembro de 2012, foi nomeado como representante da State Grid International Development Co. Ltd. no Conselho de Administração da ElectraNet Pty Limited, Austrália.

Atualmente, é Vice-Presidente Sénior da State Grid International Development Corporation Limited e membro do Conselho de Administração da ElectraNet.

### **Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

São-lhe imputáveis 166 797 815 ações representativas do capital social da REN, correspondentes às ações detidas pela sociedade State Grid Europe Limited, que é dominada pela sociedade State Grid International Development Limited, em virtude do exercício do cargo de vice-presidente sénior desta última sociedade.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **OMAR AL-WAHAIBI**

Licenciado em Engenharia Mecânica pela Universidade de Manchester, Institute of Science & Technology (UMIST/Reino Unido). Desempenhou várias funções no desenvolvimento de novos negócios, incluindo gestão de carteiras e planeamento corporativo na Shell E&P International Ventures sediada em Haia (Países Baixos). Liderou a equipa de engenharia e foi gerente do projeto da Oman Norte na Petroleum Development Oman, entre 2001 e 2002. Foi CEO da Oman Wastewater Services Company (Haya Water), entre 2003 e 2011, e atualmente é CEO do Grupo Electricity Holding, um grupo de empresas estatais que abrange negócios na aquisição de eletricidade e água e na produção, transmissão, distribuição e fornecimento de eletricidade.

É atualmente membro do Conselho de Administração da Oman Broad Band Company, da Gulf Cooperative Council Interconnection Authority e CEO da Electricity Holding e CEO do grupo Nama Group.

Desde 2015 exerce o cargo de membro do Conselho de Administração da REN.

**Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

Não detém qualquer participação no capital social da REN.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **JORGE MAGALHÃES CORREIA**

Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva das seguradoras Fidelidade e Multicare e Fidelidade Assistência. É também Presidente do Conselho de Administração da Fidelidade - Property Europe, S.A., da Fidelidade Property International, S.A., da Luz Saúde, S.A. da qual é também membro do Conselho Consultivo.

No plano associativo de incidência profissional é vice-presidente da Associação Portuguesa de Seguradores e membro da The Geneve Association.

Iniciou a vida profissional como docente da Faculdade de Direito de Lisboa, tendo sido dirigente da Inspeção-Geral de Finanças, da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários e advogado. Desempenhou diversos cargos societários na área financeira e seguradora, tendo sido, nomeadamente, administrador e/ou presidente do Conselho de Administração das seguradoras Mundial-Confiança, Fidelidade Mundial, Império Bonança e Via Directa. Na área hospitalar foi administrador da USP Hospitales (Barcelona) e administrador e posteriormente presidente do Conselho de Administração da HPP - Hospitais Privados de Portugal SGPS e ainda Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Seguro e Saúde, SGPS, S.A..

Desde 2015 exerce o cargo de membro do Conselho de Administração da REN.

### **Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

São-lhe imputáveis 35 176 796 ações representativas do capital social da REN, correspondentes às ações detidas pela sociedade Fidelidade Companhia de Seguros, S.A., em virtude do exercício do cargo de membro do conselho de administração dessa sociedade.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **JOSÉ LUÍS ARNAUT**

Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa, tendo obtido, em 1999, o DESS (Diploma de Estudos Superiores Especializados) da Universidade Robert Schuman, de Estrasburgo. Tem centrado a sua atividade profissional como advogado, tendo iniciado a sua atividade em 1989 na sociedade de advogados Pena, Machete & Associados. Sócio-fundador da Rui Pena, Arnaut & Associados, em 2002, onde é atualmente managing partner e membro do conselho executivo da CMS Legal Services EEIG. É membro do Conselho Consultivo da AON, presidente da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Futebol, presidente da Assembleia Geral da ÚNICA - União Cervejeira de Angola (Grupo UNICER), presidente da Assembleia Geral da ANA - Aeroportos de Portugal (VINCI Airports), presidente da Assembleia Geral da PORTWAY - Handling de Portugal, S.A. (VINCI Airports), presidente da Assembleia Geral da SIEMENS S.A., membro do Conselho de Administração da Discovery Portugal Real Estate Fund, membro do conselho de administração da MOP, S.A., presidente da Assembleia Geral da Tabaqueira II, S.A. e membro do Conselho Consultivo internacional da Goldman Sachs. Em 1999, foi eleito secretário-geral do Partido Social Democrata, liderado por José Manuel Durão Barroso, e foi deputado da Assembleia da República, onde presidiu à Comissão de Negócios Estrangeiros e à Comissão de Defesa Nacional. Foi ministro-adjunto do primeiro-ministro José Manuel Durão Barroso, no XV Governo Constitucional de Portugal. Foi ministro das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional do XVI Governo Constitucional de Portugal. Foi comissário da Lisboa 94 - Capital Europeia da Cultura. Em 1995, foi condecorado pelo Presidente da República com a Comenda da Ordem do Infante Dom Henrique; em 2004 foi agraciado pelo Presidente da República do Brasil com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Em 2006, foi condecorado com a insígnia de Chevalier de la Legion d'Honneur pelo Presidente da República Francesa e agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Mérito pelo Presidente da República da Lituânia.

Desde 2012 exerce o cargo de membro do Conselho de Administração da REN.

### **Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

São-lhe imputáveis 7 587 ações representativas do capital social da REN, correspondentes a 480 ações detidas diretamente e as restantes detidas pela sociedade Platinumdetails - Consultoria e Investimentos, Lda., na qual detém 68% do capital social.





**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **MANUELA VELOSO**

Manuela M. Veloso concluiu a licenciatura em Engenharia Eletrotécnica no Instituto Superior Técnico em Lisboa, Portugal, instituição onde também completou o Mestrado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores. É titular de um Mestrado em Ciências da Computação da Universidade de Boston e doutorada em Ciências da Computação pela Universidade Carnegie Mellon. Em 1992, ingressou no Departamento de Ciências da Computação da Universidade Carnegie Mellon na qualidade de Professora Assistente, em 1997, tornou-se Professora Associada e em 2002, Professora Catedrática. Foi distinguida com a Cátedra Finmeccanica para docentes juniores entre 1994 e 1997, em 2006, com a Cátedra Herbert A. Simon e em 2012, a Cátedra Einstein da Academia Chinesa das Ciências. Em 2014, foi eleita Professora Universitária, uma honra concedida a um pequeno grupo de docentes da Universidade Carnegie Mellon. O seu atual título é Professora Universitária Herbert A. Simon e é responsável pelo Departamento de Aprendizagem Automática da Escola de Ciências da Computação.

Veloso investiga a área da inteligência artificial, com foco na robótica e aprendizagem automática. Entre as suas contribuições estão algoritmos para planeamento, controlo de aprendizagem e execução para equipas com um ou múltiplos robôs. Introduziu o planeamento por raciocínio analógico para melhorar a eficiência do planeamento, como um método baseado na repetição das derivações de episódios de planeamento semelhantes que ocorreram no passado. Veloso e os seus alunos investigaram e desenvolveram uma variedade de robôs autónomos, nomeadamente equipas de robôs futebolistas e robôs de assistência móveis. As suas equipas de robôs futebolistas têm sido consagradas, diversas vezes, campeãs mundiais da competição internacional RoboCup e os robôs de assistência móveis, CoBot, percorreram autonomamente mais de 1 000 quilómetros nos edifícios da Universidade.

A Professora Veloso é membro das principais associações profissionais nas áreas em que realiza investigação, nomeadamente ACM (Association for Computing Machinery, Associação para Máquinas Computacionais), IEEE (Institute of Electrical and Electronics Engineers, Instituto dos Engenheiros Eletricistas e Eletrónicos), AAAS (American Association for the Advancement of Science, Associação Americana para o Avanço da Ciência) e AAAI (Association for the Advancement of Artificial Intelligence, Associação para o Avanço da Inteligência Artificial). Já foi Presidente da AAAI e é cofundadora, administradora fiduciária e ex-presidente da RoboCup. Foi galardoada com vários prémios entre os quais se contam diversos prémios de melhor comunicação científica, o prémio de Investigação em Agentes Autónomos da ACM/SIGART, o prémio Carreiras atribuído pela NSF- National Science Foundation (Fundação Americana da Ciência), e a Medalha Allen Newell em prol da Excelência na Investigação. Na sua carreira, foi convidada para mais de 200 palestras em vários locais académicos, empresariais e públicos. Em 2018, serão 36 os alunos de doutoramento formados pela Professora Veloso e 300 as publicações em revistas científicas e conferências que têm a sua coautoria. Para mais informações, consultar [www.cs.cmu.edu/~mmv](http://www.cs.cmu.edu/~mmv).

### **Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

Não detém qualquer participação no capital social da REN.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **MANUEL SEBASTIÃO**

Detém uma licenciatura em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Economia, em 1973 e com *doctorat de troisième cycle* em Planeamento Económico pela Universidade de Paris I Pantheon-Sorbonne em 1978 e doutoramento em economia pela Universidade de Columbia em Nova Iorque em 1986.

É professor de economia na Católica Lisbon School of Business and Economics. Foi consultor do conselho de administração do Banco de Portugal de setembro de 2013 a abril de 2015. Anteriormente, foi presidente do Conselho da Autoridade da Concorrência de março de 2008 a setembro de 2013, administrador executivo do Banco de Portugal de fevereiro de 2000 a março de 2008, instituição onde desempenhou funções de 1986 até 1988 e, mais tarde, de 1996 a 1998.

Foi ainda administrador executivo do Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal de 1998 a 2000, administrador executivo do Banco de Fomento e Exterior de 1992 a 1996, e economista do Fundo Monetário Internacional de 1988 a 1992.

Desde 2015 exerce os cargos de membro do Conselho de Administração da REN e de presidente da Comissão de Auditoria.

### **Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

Detém 30 000 ações representativas do capital social da REN.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **GONÇALO GIL MATA**

Licenciado em Engenharia de Software pela Universidade de Coimbra e MBA pela Universidade Nova de Lisboa. É diretor executivo e membro do conselho da Capital Criativo - Soc. Capital de Risco e membro do conselho (não executivo) da Arquiled, S.A. (soluções de iluminação LED), da Summer Portugal, S.A. e da Vila Monte, S.A. (*resorts* turísticos). É também gerente da Goma Consulting, Lda. (consultoria de negócios).

Nos últimos cinco anos desempenhou cargos como diretor da área de Corporate Finance do Deutsche Bank (Portugal), S.A e como Administrador não executivo da MVMS, S.A., ISA Intelligent Sensing Anywhere, S.A. e Gypfor - Gessos Laminados, S.A., enquanto representante de fundos geridos pela Capital Criativo - Sociedade de Capital de Risco, S.A.

Desde 2015 exerce os cargos de membro do Conselho de Administração da REN e de membro da Comissão de Auditoria.

### **Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

Não detém qualquer participação no capital social da REN.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **MARIA ESTELA BARBOT**

Licenciada em economia pela Universidade do Porto, frequentou o Senior Executive Program pela London Business School e o Making Corporate Boards More Effective Program pela Harvard Business School. É uma empresária e gestora em vários setores, incluindo o setor dos produtos químicos, o setor imobiliário e o setor bancário.

É atualmente administradora e membro da Comissão de Auditoria da Instituição Financeira para o Desenvolvimento, sócia gerente da ALETSE, Lda. (imobiliário e consultoria em gestão), membro da Comissão de Auditoria da Casa da Música. É Presidente do Fórum Portugal Global - FPG, representando Portugal na Comissão Trilateral. É membro do Comité de Gestão do LIDE - Grupo de Líderes Empresariais, membro do Conselho Consultivo do Instituto Português de Corporate Governance, membro do Conselho Consultivo do Ar.Co - Centro de Arte e Comunicação Visual, membro do Conselho de Fundadores e da Comissão de Vencimentos do Museu de Arte Moderna da Fundação de Serralves, membro do Conselho Geral do FAE - Fórum de Administradores de Empresas.

Desde 2015 exerce os cargos de membro do Conselho de Administração e de membro da Comissão de Auditoria da REN.

## **Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

Não detém qualquer participação no capital social da REN.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **PEDRO MAIA**

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (média final 16 valores) (1990); Mestre em Ciências Jurídico-Empresariais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (dissertação intitulada: *Função e funcionamento do conselho de administração da sociedade anónima*) (“Muito bom com distinção” (dezoito valores) (1997); Doutorado em Ciências jurídico-empresariais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (dissertação intitulada: *Voto e corporate governance - um novo paradigma para a sociedade anónima*) (“aprovado com distinção e louvor” por unanimidade) (2010).

### **Qualificações Profissionais**

Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados em 1992 (presentemente, com inscrição suspensa por sua solicitação).

### **Atividades Profissionais:**

#### **I. EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DOCENTES E ACADÉMICAS**

Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

É investigador integrado do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito.

Integra o corpo docente

- de diversos cursos de Pós-Graduação: na Universidade de Coimbra (no Instituto de Direito das Empresas, no Curso dos Registos e do Notariado, no Centro de Estudos de Direito Público e Regulação), no Centro de Direito do Consumo e no Instituto da Banca da Bolsa e dos Seguros), na Universidade Clássica de Lisboa e na Universidade Católica Portuguesa (Lisboa);
- do Curso de Mestrado da Escola de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Porto).

Participou em dezenas de júris de provas de mestrado e de doutoramento na área de direito comercial, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e na Universidade Católica Portuguesa.

Foi e é orientador de mais de uma dezena de mestrandos e de doutorandos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## II. EXERCÍCIO DE FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

Foi coordenador do Mestrado da Faculdade de direito da Universidade de Coimbra (2010-2013).

Sub-Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde Julho de 2013-2017.

Membro do Conselho Coordenador do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (desde fevereiro de 2013-2017).

É membro eleito do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (desde Junho de 2011).

É Presidente da Direção do CDC – Centro de Direito do Consumo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

É Membro da Direção do IFE-UC – Instituto de Formação de Executivos da Universidade de Coimbra.

É membro do Conselho Fiscal do BBS - Instituto da Banca da Bolsa e dos Seguros.

É Presidente da Comissão de Acompanhamento e Monitorização do Código de Governo das Sociedades 2018.

## III. OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Jurisconsulto.

Árbitro.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da “REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.” (sociedade cotada na Euronext/Lisbon).

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da “Estoril-Sol, SGPS, SA”.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da “NOS, SGPS, SA” (sociedade cotada na Euronext/Lisbon).

Administrador não-Executivo independente do Banco Bic Português, S.A.

Proferiu dezenas de conferências em diversas áreas do direito comercial e arbitragem.

## **Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

Não detém qualquer participação no capital social da REN.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **RUI DIAS**

Data de nascimento: 04/09/1979

Nacionalidade: Portuguesa

### **Graus Académicos:**

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto (média final 17 valores) (2002);

Mestre em Ciências Jurídico-Empresariais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (dissertação intitulada: Responsabilidade por exercício de influência sobre a administração de sociedades anónimas) (“Muito Bom” (dezoito valores) (2007);

LL.M. em "International Business Regulation, Litigation, and Arbitration" pela New York University School of Law (bolseiro Fulbright) (2011);

Doutorado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (dissertação intitulada: Litigância societária internacional no direito da União Europeia: os pactos de jurisdição societários) (“aprovado com distinção e louvor” por unanimidade) (2017).

### **Qualificações Profissionais:**

Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados em 2004 (presentemente, com inscrição suspensa por sua solicitação).

### **Atividades Profissionais:**

#### **I. EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DOCENTES E ACADÉMICAS**

Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. É investigador integrado do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito.

Integra o corpo docente de diversos cursos de Pós-Graduação na Universidade de Coimbra (no Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho), na Universidade de Lisboa (no Centro de Investigação de Direito Privado) e na Universidade do Minho (LL.M. in European and Transglobal Business Law).

Participou em dezenas de júris de provas de mestrado nas áreas de direito comercial, direito civil, arbitragem internacional e direito internacional privado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

Foi e é orientador de mais de uma dezena de mestrandos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

## II. EXERCÍCIO DE FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

É Coordenador do Mestrado em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

É Membro fundador da Associação Direito das Sociedades em Revista, integrando o seu Conselho Científico.

É Membro da Direção (stellvertretender Vorsitzende) da Associação Luso-Alemã de Juristas.

É Membro fundador da Associação Portuguesa de Mercados Públicos, integrando o seu Conselho de Auditoria.

É Membro do Conselho Fiscal do Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho (IDET) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

É Membro da Associação Portuguesa de Arbitragem, da International Law Association, do European Law Institute e da Sociedade Portuguesa de Direito Internacional.

É Membro da Comissão de Redação ou Conselho Científico de diversas revistas científicas da especialidade, designadamente: Direito das Sociedades em Revista (Portugal), Revista de Direito Mercantil, Industrial, Económico e Financeiro (Instituto Tulio Ascarelli da Universidade de São Paulo, Brasil), Studia Juridica Toruniensia (Universidade de Torun, Polónia).

## III. OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Jurisconsulto.

Proferiu dezenas de conferências e cursos em diversas áreas do direito comercial, da arbitragem internacional e do direito internacional privado, em Portugal, Espanha, Alemanha, Angola, África do Sul e Brasil.

Publicou dois livros e dezenas de artigos nessas áreas, participando na obra coletiva "Código das Sociedades Comerciais em Comentário" (Almedina, Coimbra, volumes I a VII) com comentários respeitantes a preceitos legais sobre, entre outros: responsabilidade dos sócios, prestação anual de contas, aquisição de ações próprias, grupos de sociedades e consolidação de contas.

### **Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

Não detém qualquer participação no capital social da REN.





**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **JOÃO DUQUE**

João Duque nasceu em 1961, em Lisboa, onde continua a residir. Em 1984, concluiu a licenciatura em Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão, ISEG, da Universidade de Lisboa. Em 1995, concluiu o doutoramento em Administração de Empresas na Universidade de Manchester e em 2002 obteve a Agregação em Gestão na Universidade de Lisboa.

Entre outubro de 2009 e maio de 2014 foi Presidente do ISEG, Universidade de Lisboa, onde é professor catedrático de Finanças. Atualmente dirige a Pós-graduação em Análise Financeira e o *Master in Finance* onde é docente de *Derivatives* e *Financial Engineering* nos dois programas. Ministra a disciplina de Instrumentos e Mercados Financeiros no Programa de Doutoramento e Finanças no programa de MBA. Entre 2012 e 2014, exerceu as funções de coordenador científico do programa de MBA.

Fora da Universidade de Lisboa desempenha atualmente a função de presidente do Taguspark - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A., preside ao Conselho Fiscal da Novabase Capital S.A. (uma subsidiária da Novabase S.A., empresa cotada em bolsa), é membro do Conselho Fiscal da Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (a empresa de títulos do Citibank português), membro do Comité de Gestão do PSI 20 na Bolsa de Valores de Lisboa e preside ao Conselho Consultivo do BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.

No passado foi administrador não executivo da NOVABASE SGPS (uma das melhores empresas portuguesas da área de TI cotadas em bolsa), presidente do IDEFE / ISEG, entre 1993 e 1998 foi diretor do Gabinete de Estudos da CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (a agência reguladora do mercado português de valores mobiliários), membro do Conselho de Administração da APAF - Associação Portuguesa dos Analistas Financeiros, administrador não executivo da SOGEVINUS SGPS, consultor da CMC - Comissão do Mercado de Capitais de Angola, Membro do Conselho e posteriormente presidente do Conselho Consultivo da FGP - Federação de Ginástica de Portugal, presidente do conselho científico da APOTEC - Associação dos Técnicos Oficiais de Contabilidade entre 2007 e 2009, Membro do Conselho Consultivo da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. entre 2000 e 2008 e presidente da Comissão de Ética do OMP - Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.G.M.R., S.A. (o regulador do mercado ibérico de energia), e da OMIClear



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.G.C.C.C.C, S.A. (o operador de compensação para o mercado ibérico da energia).

Desenvolve investigação na área das Finanças (Produtos Financeiros, Mercados e Instituições Financeiras e Regulação Financeira). Publicou artigos de natureza académica e de carácter empresarial/geral, é orador convidado de muitas conferências académicas e empresariais e tem sido docente em várias universidades nacionais e internacionais. É autor de uma coluna semanal de opinião no jornal Expresso, participa semanalmente num programa sobre economia na estação nacional de rádio, a TSF, e participa regularmente em programas de televisão sobre economia na estação SIC TV como comentador convidado de temas económicos.

**Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

Não detém qualquer participação no capital social da REN.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **JOSÉ GALAMBA DE OLIVEIRA**

Licenciado em Engenharia Mecânica pela Universidade de Manchester no Reino Unido, completou os seus estudos de pós-graduação e executivos no INSEAD, França, e na Universidade Católica em Portugal.

Iniciou a sua carreira profissional em 1984, como Engenheiro de Sistemas na UMM-União Metalomecânica (fabricante de veículos 4WD).

Em 1985, ingressou no departamento de consultoria da empresa Arthur Andersen (mais tarde convertida na consultora Accenture), onde adquiriu mais de 30 anos de experiência em consultoria de gestão e tecnologia. Apoiando os clientes nacionais e internacionais a desenvolver e implementar estratégias de negócio, modelos operacionais e programas de mudança, também conduziu importantes programas de transformação que incluem a implementação de *designs* e sistemas complexos.

Em 2005, foi nomeado *Country Managing Director* da Accenture, ficando responsável por desenvolver e executar a estratégia de crescimento da empresa em Portugal, coordenar globalmente as unidades de negócio, desenvolver redes de relações com clientes, representar a Accenture no exterior, desenvolver o gabinete jurídico e de conformidade, e executar a agenda de Cidadania Empresarial.

Na Accenture desempenhou outros cargos de direção: *Change Management Service Line Lead* (1994-1997), *Strategy Service Line Lead* (1995-1997), *Financial Services Lead* para Portugal (2001-2005), *Financial Services Lead* para Portugal, África e Brasil (2005-2007); *Financial Services Lead* para Portugal e África (2007-2008); *Financial Services Risk & Client Satisfaction Office Lead* para Espanha, Portugal, África e Israel (2009-2015); *Angola Country Managing Director* (2006-2010); *Mozambique Country Managing Director* (2012-2015).

Em setembro de 2016, foi eleito Presidente da APS (Associação Portuguesa de Seguradores), ficando responsável pela coordenação global da execução da estratégia aprovada para a APS e da respetiva representação externa junto de todos os *stakeholders* institucionais e da indústria.

Além das responsabilidades na APS, preside ao conselho fiscal do banco BIG -Banco de Investimento Global (Portugal) e é administrador não executivo da empresa Intersection Ventures Limited (Reino Unido).

Orador principal em inúmeras palestras é convidado habitualmente para conduzir seminários. Escreve e publica artigos de opinião com regularidade e participa em painéis de discussão de conferências relevantes. Exerce as funções de docente em cursos de pós-graduação da área de gestão, em duas universidades de referência de Lisboa (ISEG e INDEG-ISCTE).

### **Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

Detém 23 912 ações representativas do capital social da REN.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **FERNANDO NEVES DE ALMEIDA**

É sócio internacional e Country-President do escritório de Lisboa desde 1998, da Boyden Global Executive Search.

É diplomado em Gestão Hoteleira pela Universidade Internacional, licenciado em Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho, pela Universidade Europeia e MBA e Mestre em Gestão pela Universidade Católica Portuguesa. A sua carreira profissional desenvolveu-se na área de vendas, tendo sido Vendedor, Chefe de Vendas, Diretor Comercial e Diretor-Geral, em várias organizações e várias indústrias (material elétrico, hotelaria e IT) até 1993, momento em que fundou a Neves de Almeida Consultores, empresa de Formação e de Consultoria de Recursos Humanos, da qual é, hoje, Presidente não-executivo.

É Docente Universitário, foi até Fevereiro de 2014 Coordenador Executivo dos programas de Doutoramentos, Mestrados e Licenciaturas de Gestão Estratégica de Recursos Humanos da Universidade Europeia (grupo Laureate Universities) escreveu mais de uma centena de artigos para várias publicações económicas e é autor dos livros *Psicologia para Gestores e Avaliação de Desempenho para Gestores*, ambos da editora McGraw Hill, do livro *O gestor a Arte de Liderar* da editorial Presença e coautor da obra *a sorte dá muito trabalho* da Almedina. É membro do Conselho Universitário da Universidade Europeia.

### **Participação no capital social da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN)**

Não detém qualquer participação no capital social da REN.



**REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, S.G.P.S., S.A. | Sociedade Aberta**

**Sede: Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, Lisboa**

**Capital social: 667.191.262 Euros**

**Pessoa coletiva e matrícula na CRC de Lisboa n.º 503 264 032**

## **PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

### **PONTO 8 DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 3 DE MAIO DE 2018**

#### **Considerando que:**

- A) A Comissão de Vencimentos da REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S, S.A. (adiante designada “REN”) é composta por três membros a eleger na presente Assembleia Geral, nos termos da alínea b), do número 2 do artigo 8.º e do artigo 26.º do respetivo Contrato de Sociedade;
- B) Corresponde ao interesse social da REN assegurar que a remuneração dos membros dos seus órgãos sociais seja ajustada às funções e responsabilidades que desempenham, seja competitiva e equitativa, alinhando-se com as melhores práticas e últimas tendências verificadas a nível nacional e europeu.

#### **Os Acionistas propõem à Assembleia Geral da REN que delibere:**

Fixar as condições remuneratórias dos membros da Comissão de Vencimentos, para o mandato correspondente ao triénio 2018-2020, nos seguintes termos:

- a) A remuneração do Presidente da Comissão de Vencimentos corresponderá a um montante bruto anual de 10.000,00 Euros (dez mil euros);
- b) A remuneração dos Vogais corresponderá a um montante bruto anual de 8.000,00 Euros (oito mil euros).

Lisboa, 21 de março de 2018

Os Acionistas,

State Grid Europe Limited

Mazoon BV

Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.